

1 ☐ Assessoria & Consultoria Econômica e Financeira

Edson Roffé Borges

2 ☐ Tema:

◆ “TRANSITANDO COM MUDANÇAS NA ECONOMIA BRASILEIRA”

3 ☐ Introdução

Apesar de decorridos pouco mais de sete meses da posse do novo Governo Federal ainda assim já é possível, com certas limitações, fazer uma breve avaliação do comportamento da economia brasileira nesse período, bem como fazer alguns restritos esboços macroeconômicos para o futuro imediato.

4 ☐ Introdução

◆ Por uma questão de justiça, há de se reconhecer que o quadro econômico e social herdado do governo anterior trazia (e ainda traz) fortes motivos de preocupação, sobretudo quanto a possibilidade de retorno da inflação (hoje relativamente superada), ao aumento do desemprego (cada vês mais crescente),

5 ☐

◆ as elevadas taxas de juros (agora ainda mais altas), a onerosa dívida pública interna (mais crescente), a taxa de risco Brasil (hoje em patamares já aceitáveis), o disparo da taxa de câmbio (agora oscilando em números palatáveis), o déficit das contas públicas (cada vez mais sério),

6 ☐ Introdução

◆ o déficit da conta corrente (ainda correndo rumo aos U\$ 16 bilhões), a angústia dos investidores externos (hoje muito menos estressados) et caterva.

7 ☐ Introdução

◆ Algumas variáveis macroeconômicas externas, sobre as quais o Governo não tem como influir (pelo menos positivamente), continuam preocupantes, que refletem sobre o brutal fluxo de saída de divisas do país para o exterior,

8 ☐ Introdução

◆ **estimado este ano em U\$ 20 bilhões, sobretudo para pagamento da dívida externa e como remessa de lucros.**

9 ☐ Introdução

◆ **O quadro recessivo mundial, o agravamento da questão do fornecimento do petróleo (apesar da vitória da dupla Busch & Blair na ocupação militar do Iraque), a cada vez mais fantástica e incontrolável massa de dinheiro que perambula pelos mercados mundiais globalizados,**

10 ☐ Introdução

◆ **servem também para ampliar a vulnerabilidade externa da economia brasileira, reconhecida como uma das principais limitações à retomada do crescimento econômico.**

11 ☐ I – O Cenário Internacional

- ◆ Pela significativa importância da questão externa sobre a realidade e o futuro da economia brasileira, é necessário que se identifique as principais variáveis políticas e econômicas que constituem o Cenário Internacional, até porque sobre o qual o Brasil não tem nenhum poder de influência. Muito antes pelo contrário.

12 I – O Cenário Internacional

- ◆ **Sinteticamente pode-se identificar o seguinte:**

- ◆ **a) – Ainda é muito alta a aversão ao risco, resultado das perdas havidas na Argentina e em investimento corporativos (telecomunicações, etc.);**

13 I – O Cenário Internacional

- ◆ **b) – Ainda não se sabe completamente a extensão dos problemas contábeis das empresas americanas;**
- ◆ **c) – A recuperação econômica dos EUA ainda está por acontecer, em que pese os efeitos positivos da invasão do Iraque sobre os gastos públicos e a demanda agregada norte-americana**

14 I – O Cenário Internacional

- d) - Os bancos continuam bastante cautelosos na concessão de créditos;
- e) – Os preços internacionais das principais commodities ainda continuam reduzidos;
- f) – Presença marcante de capitais voláteis nas principais bolsas e mercados de capitais;
- g) – As projeções econômicas e o comportamento até agora ocorrido confirmam um panorama de lento crescimento, próxima a estagnação.

15 II – Vulnerabilidades Externas

- ◆ **Considerando as condições atuais da economia brasileira, pode-se constatar que tem sido crescente sua vulnerabilidade externa, devido sobretudo:**

- ◆ **a) – A elevada necessidade de financiamento externo, freqüentemente em condições gravosas;**
- ◆ **b) – Crescente tendência da relação dívida líquida/ PIB;**

16 II – Vulnerabilidades Externas

- ◆ **c) – Instável equilíbrio das contas públicas, que vem sendo enfrentado com o aumento da carga fiscal, contingenciamento orçamentário, achatamento salarial, corte nos investimentos vitais;**

17 II – Vulnerabilidades Externas

- ◆ **d) – Dificuldades de ampliar o nível de competitividade externa, que dependem da reforma fiscal, da redução dos custos operacionais, aumento de produtividade, maior integração com a Comunidade Européia, etc.);**
- ◆ **e) – Paralisia do Mercosul, abalado pela crise argentina;**
- ◆ **f) – Volatilidade dos capitais externos (de risco ou especulativo ?).**

18 III – Sintomas de Recessão?

Contrariando os discursos e a plataforma de campanha, as principais medidas de política econômica adotadas, se de um lado visam:

- ◆ **a) – Angariar a confiança e simpatia dos mercados;**
- ◆ **b) – Segurar a elevação dos preços (contenção inflacionária);**

19 III – Sintomas de Recessão?

- ◆ **c) – Atender as exigências dos acordos com o FMI, inclusive na geração de superávit primário de 4,25 % do PIB**
- ◆ **d) – Reprimir a demanda agregada, pelo uso dos clássicos mecanismos monetários, creditícios e financeiros.**

20 III – Sintomas de Recessão?

- ◆ De outro lado têm provocado:
 - ◆ a) – Elevação expressiva do custo do dinheiro e retração do crédito;
 - ◆ b) – Queda nos investimentos produtivos, na produção e na oferta global;
 - ◆ c) – Favorecimento do sistema financeiro;
 - ◆ d) – Aumento do peso financeiro na dívida pública interna mobiliária;
- 21 III – Sintomas de Recessão?
 - ◆ e) – Redução drástica do poder aquisitivo, com queda da massa salarial;
 - ◆ f) – Aumento do desemprego, em suas várias formas e modalidades;
 - ◆ g) – Endividamento financeiro crescente dos assalariados;
- 22 III – Sintomas de Recessão?
 - ◆ h) – Crescimento medíocre do PIB para este e para o próximo ano (1,5% ano);
 - ◆ i) – Firme controle inflacionário, com preços declinantes (deflação) – 6,5% ano;
 - ◆ j) – Atração de capitais especulativos maior do que de investimento de risco
- 23 IV – Reformas mais fiscais
 - ◆ A considerar o caráter da reforma previdenciária e da reforma tributária em tramitação no Congresso Nacional, percebe-se claramente que elas têm nítido caráter fiscal.
 - ◆ A Reforma da Previdência basicamente visa:
 - a) - O equilíbrio do financiamento dos gastos públicos com aposentadorias e pensões dos servidores públicos federais, estaduais e municipais;
- 24 IV – Reformas mais fiscais
 - ◆ b) – Definir novo regime de contribuição e benefícios para os servidores públicos;
 - ◆ c) – Eliminar distorções provocadas ao longo dos anos;
 - ◆ d) – Fixar tetos e subtetos de aposentadorias e pensões;
 - ◆ e) – Estimular a formação de novos fundos de pensão, inclusive para aplicarem suas economias em investimentos produtivos.
- 25 IV – Reformas mais fiscais
 - ◆ A Reforma Tributária visa sobretudo:
 - ◆ a) – Novo disciplinamento para o ICMS, acabando com a guerra fiscal, etc.;
 - ◆ b) – Deverá alterar as regras de aplicação do ICMS em energia elétrica, petróleo, etc.;
 - ◆ c) – Alterar algumas regras de cobrança de Royalties sobre petróleo e minerais;
- 26 IV – Reformas mais fiscais
 - ◆ d) – Divisão da arrecadação da CIDE;
 - ◆ e) – Preservar o produto da CPMF apenas para a União Federal;
 - ◆ f) – Criar o fundo de desenvolvimento regional;
- 27 IV – Reformas mais fiscais
 - ◆ g) – Novas regras de incentivos fiscais regionais;
 - ◆ h) - Redução gradual do IPI até acabar;
 - ◆ i) - Criação do Fundo de Compensação aos Estados exportadores (desoneração do ICMS nas exportações - Lei Kandir);
- 28 V – Estado Saneado?

◆ Havendo sucesso na realização dessas e de outras reformas anunciadas, o Governo visa na realidade recompor o poder de investimento do Estado brasileiro, ainda que somente a médio e longo prazos.

◆ A busca do equilíbrio e do saneamento das contas públicas ainda dependerão da solução a ser dada quanto a:

29 V – Estado Saneado?

- ◆ a) – Dívida pública interna, sobretudo a mobiliária;
- ◆ b) – Dívida externa, em especial a de curto e médio prazos;
- ◆ c) – Questão da vulnerabilidade cambial;

30 V – Estado Saneado?

- ◆ d) – Adoção de um novo modelo de financiamento dos investimentos privados nacionais;
- ◆ e) – Retomada do crescimento econômico autosustentado;

31 V – Estado Saneado?

- ◆ f) – Recuperação do poder aquisitivo do mercado interno;
- ◆ g) – Novas formas de entrada e participação de capitais externos na Economia brasileira.

32 VI – Mas e agora, José?

- ◆ O que sugerem alguns analistas : (1)
- ◆ *“Há um conjunto de medidas que poderiam ser implementadas já nos primeiros meses do governo, envolvem mudanças e são consistentes com o programa econômico do PT.*
- ◆ (1) - In *“Transição e Mudança”, de Reinaldo Gonçalves, Prof. Titular da UFRJ e do COFECON.*

33 VI – Mas e agora, José?

- ◆ *Podemos mencionar algumas medidas que, introduzidas no início e seguindo um esquema gradual, respeitariam o imperativo da transição:*
- ◆ *controles dos fluxos de capitais internacionais;*
- ◆ *redução da taxa de juros real;*

34 VI – Mas e agora, José?

- ◆ *minimização do tema das metas inflacionárias;*
- ◆ *desdolarização da dívida pública;*
- ◆ *redução do superávit primário;*
- ◆ *medidas da Receita Federal no sentido de eliminar prerrogativas de pagamento de impostos sobre lucros e juros (exemplo, juros sobre capital próprio);*

35 VI – Mas e agora, José?

- ◆ *Recomposição das reservas internacionais;*
- ◆ *e, intervenção ativa no mercado cambial objetivando a estabilidade da trajetória de desvalorização efetiva do câmbio (dólar caro).*

36 VI – Mas e agora, José?

- ◆ *Essas medidas têm efeitos macroeconômicos de curto prazo e não envolvem a ruptura de*

contratos. Cabe repetir que elas seriam implementadas de forma gradual num período de transição que pode durar entre um e dois anos. As medidas propostas se caracterizam pela consistência macroeconômica e seguem as diretrizes do programa econômico do PT.”

37 ☐ VI – Mas e agora, José?

- ◆ Mas o próprio Prof. Reinaldo Gonçalves já alertava que:
- ◆ *“Da mesma forma que os dirigentes do governo federal, o povo sabe que as restrições são oceânicas e que é preciso cautela. Entretanto, há o imperativo da mudança. **Quem está desempregado também tem pressa”.***

38 ☐ Obrigado !!

- ◆ edroffe@amazon.com.br
- ◆ F: (91) 272-9837 e 9994-5910
- ◆ Tv. Honório José dos Santos, nº775 - Belém - PA - 66.033-340
- ◆ Belém, 13.08.2003